

Proposta de redivisão do Distrito Federal reduz área da capital e prevê transformação das cidades vizinhas em um novo estado

UM NOVO MAPA PARA BRASÍLIA

Ricardo Mendes
Da equipe do Correio

De um lado da fronteira, o Plano Piloto e os lagos Sul e Norte. Do outro, Taguatinga, Ceilândia, Guará, Formosa, Novo Gama e os demais vizinhos de Brasília. Redesenhar os limites da capital é a ambição do senador Francisco Escórcio (PFL-MA), que aposta na redução do Distrito Federal como saída para preservar a cidade reconhecida como Patrimônio Cultural da Humanidade e buscar o desenvolvimento da região. “Quero dar a Brasília a oportunidade de ela ser repensada”, diz Escórcio.

Embora ridicularizado por políticos locais, Escórcio tem o apoio do arquiteto Carlos Magalhães, ex-coordenador regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). “O Distrito Federal é muito grande para ser bancado pelo governo federal e muito pequeno para ter autonomia econômica e política”, argumenta Magalhães.

O arquiteto também defende a criação de um novo estado que reúna os municípios vizinhos e as cidades hoje administradas pelo Governo do Distrito Federal. “A distribuição de lotes comprometeu o plane-

jamento da capital, que deve voltar a ser tratada como questão federal.”

Calouro no Senado, Escórcio chamou a atenção para sua proposta na última quarta-feira. Em seu primeiro discurso, anunciou que apresentará projeto para criar o estado do Planalto Central, cuja capital seria Taguatinga. O Distrito Federal se resumiria ao Plano Piloto, Cruzeiro e lagos Sul e Norte. O novo estado reuniria as demais cidades e um número ainda não definido de municípios vizinhos.

PREFEITURAS

Com isso, localidades como Recanto das Emas e Riacho Fundo passariam a ter prefeitos e câmaras de vereadores. Elegeriam o governador e os deputados estaduais de Planalto Central, além de seus representantes no Congresso.

Por outro lado, a Câmara Legislativa sumiria, e o novo Distrito Federal seria governado por alguém indicado pelo presidente da República. O morador do Plano Piloto teria de abdicar de escolher seu governante. Em uma volta ao passado, Brasília ficaria a cargo de um *biônico*.

“Não quero diminuir, e sim aumentar a participação política nessas cidades que precisam buscar o

desenvolvimento”, crê Escórcio.

Ele entrou para o Congresso no último dia 31, quando assumiu como suplente a vaga do senador Bello Parga (PFL-MA), que, por sua vez, chegou ao Legislativo como suplente do senador Alexandre Costa (PFL-MA). A mudança é tão recente que sua secretária ainda se confunde e às vezes atende ao telefone identificando o gabinete 50 da ala Tancredo Neves do Senado como sendo o de Parga.

ATAQUES

Embora represente o Maranhão, Escórcio vive em Taguatinga desde 1963. Assim, atua com um olho no Norte e outro no centro do país. Há quem veja seu projeto geográfico como tentativa de se afirmar na política taguatinguense. “Se ele quer disputar eleição aqui, deve se submeter às regras do jogo, e não ficando palpitando absurdos como esse”, ataca o presidente da Associação Comercial de Taguatinga, Márcio Guimarães.

As críticas são muitas. “O senador está na contramão da história, querendo ampliar a máquina administrativa numa época de redução do Estado”, acrescenta Guimarães. “Essa proposta é elitista e discrimi-

natória. O Plano Piloto ficaria assistido pela União, mas cercado por um estado miserável, ameaçando a segurança nacional”, observa o deputado federal Chico Vigilante (PT-DF). O senador Valmir Campelo (PTB) e os deputados Osório Adriano (PFL), Augusto Carvalho (PPS) e Maria Laura (PT) engrossam a relação de críticos.

Magalhães rebate o ataque de Vigilante: “Os novos municípios se manteriam com as verbas do Fundo de Participação dos Municípios e teriam ganho de receita, pois muito do que arrecadam hoje vai para o Plano Piloto.”

A proposta dele reduziria de 5,8 mil quilômetros quadrados para cerca de 600 quilômetros quadrados a área do Distrito Federal. Indo de encontro a essa idéia, o secretário para Desenvolvimento do Entorno, James Lewis, acredita que a ampliação da área de influência do Buriti é a saída para retirar da região a pecha de nova edição da baixada fluminense — bolsão de desemprego e criminalidade.

“Defendemos um pacto regional com os governos de Goiás e Minas Gerais para que Brasília articule políticas públicas na região do Entorno”, diz Lewis.

COMO FICARIA O DISTRITO FEDERAL

